

**HABEAS CORPUS Nº 548.527 - GO (2019/0356691-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : NAYHARA PRISCYLLA FERREIRA SOUSA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : MIRELLE GONSALEZ MACIEL - GO025323  
NAYHARA PRISCYLLA FERREIRA SOUSA - GO046381  
LUCAS MOREIRA COSTA DOMINGOS - GO045476  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : WESLEY TAVARES DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WESLEY TAVARES DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Goiás, que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim relatado (fls. 60/61):

Trata-se de ordem liberatória de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrada pela advogada MIRELLE GONSALEZ MACIEL, regularmente inscrita na OAB/GO 25.323, com fulcro no artigo 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal e artigos 647 e 648 do Código de Processo Penal, em proveito de WESLEY TAVARES DA SILVA, já qualificado nos autos em epígrafe, ao argumento de que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por força de decisão proferida pelo Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Verde/GO, Dr. Eduardo Alvares de Oliveira, a quem aponta como autoridade coatora.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 18 de setembro de 2019 pela suposta prática de crime descrito no artigo 33 da Lei nº 11.343/06. Na audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (mov. 01, doc. 05, fl. 31/32).

Alega a impetrante a ilegalidade da prisão em flagrante em razão dos policiais que efetuaram a prisão terem usado de excessiva violência contra o paciente. Nessa senda, verbera que ao converter a prisão em flagrante (ilegal) em prisão preventiva, esta última será, por consequência, também ilegal, em analogia ao princípio da árvore envenenada.

Entende, por seu turno, que ao analisar o binômio “natureza e quantidade” da droga, nada há que autorize a prisão do paciente, pois a quantidade de droga não se destoa do que normalmente acontece no crime de tráfico e, de mais a mais, foram apreendidas somente porções de maconha e nenhuma outra espécie de entorpecente.

Seu entendimento é que o magistrado de piso não demonstrou de forma satisfatória quaisquer circunstâncias fáticas denotativas da presença dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, vez que não foram apresentadas motivações suficientes para manter a prisão do paciente.

Noutro giro, entende que não se fazem presentes os requisitos legais elencados

no artigo 312 do Código de Processo Penal, não se mostrando imperiosa a necessidade de segregação provisória para a garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, máxime porque o paciente possui residência e emprego fixos, razões pelas quais considera não haver motivos para manutenção do ergástulo.

Sustenta que, ao contrário dos fundamentos perfilhados pela autoridade acoimada de coatora, não se mostra necessária a prisão do paciente, mormente porque ele faz jus à medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal.

Por derradeiro, pretende a concessão do presente mandamus, em sede de liminar, a fim de que seja revogada a prisão preventiva, expedindo-se, de consequência, o competente Alvará de Soltura em favor do paciente, colocando-o imediatamente em liberdade.

A inicial encontra-se instruída com a documentação acostada na movimentação nº 01.

A liminar foi indeferida (movimentação 04).

Prestadas as informações solicitadas à autoridade acoimada de coatora (movimentação nº 07).

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da lavra do Dr. Vinícius Jacarandá Maciel, manifesta-se pelo conhecimento do pedido e denegação da ordem (movimentação nº 10).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela prática do crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme previsão do artigo 319 do CPP.

Na origem, o processo n. 119832-17.2019.8.09.0137 encontra-se com os autos em carga do Ministério Público estadual desde 6/11/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 21/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A homologação da prisão em flagrante em preventiva está assim

fundamentada (fls. 51/52):

[...]. ENCERRAMENTO: Em seguida, q MM. Juiz prolatou a seguinte DECISÃO: “1. RELATORIO. (gravação audiovisual - conforme provimento nº10/2019 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás). 2. HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, (gravação audiovisual - conforme provimento nº 10/2019 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás). 3. **DA CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA, (gravação audiovisual - conforme provimento nº 10/2019 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás).** Ante ao exposto, verificando que a prisão em flagrante foi efetuada legalmente e nos termos da legislação processual penal, portanto, ante a ausência de vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, HOMOLOGO A PRISÃO REALIZADA EM FLAGRANTE em desfavor do autuado. Na sequência, com base no art. 310, II, e 312, todos do Código de Processo Penal, com a redação da Lei nº. 12.403/2011, CONVERTO a prisão realizada em flagrante de WESLEY TAVARES DA SILVA em PRISÃO PREVENTIVA. Expeça-se mandado de prisão preventiva. O prazo de validade da ordem prisional. [...]

Em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa. Compulsando o presente feito, verifica-se que a peça inicial veio desacompanhada de documentação indispensável para o deslinde da controvérsia, pois não foi acostada cópia do inteiro teor da decisão do Juízo de 1º Grau, cuja integralidade está contida em gravação audiovisual.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o procedimento do *habeas corpus* não permite a dilação probatória, pois exige prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração (AgRg no HC n. 289076/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE – 6ª T. – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 2/6/2014).

A ausência de peças essenciais ao deslinde da controvérsia impede a análise, de plano, da plausibilidade do pedido formulado no recurso em *habeas corpus*.

Cumprе ressaltar que a juntada de peças essenciais ao deslinde da controvérsia é ônus da defesa, a quem cabe protocolizar a deggravação da mídia respectiva ou do inteiro teor do decreto prisional, mesmo no curso deste *writ*.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator